

# Galvêas acha possível suportar

O pacote de medidas econômicas que o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovará hoje, em reunião já marcada para ter início às 10 horas, "foi muito bem medido" e deverá ser "bastante suportável para a sociedade", devendo resultar efetivamente na queda da inflação dos próximos meses: quem garante é o ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, que obteve ontem a aprovação final do Presidente da República para elevar as taxas subsidiadas de juros, reduzir o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e obrigar os bancos a aumentar seus depósitos compulsórios no Banco Central.

Os cortes nos subsídios diretos ao consumo de trigo e petróleo, bem como nas despesas das empresas estatais, serão anunciados pelo Palácio do Planalto, que também se encarregará de divulgar as mudanças no Imposto de Renda para taxar os ganhos obtidos com aplicações no **open market** e para antecipar a cobrança deste imposto devido pelas instituições financeiras neste exercício. "Não vai haver imposto-calamidade, mas apenas alterações para au-

Wilson Pedrosa

mentar a arrecadação e assim atingir o objetivo de reduzir o déficit do setor público, que é a raiz da inflação" - assegurou Galvêas.

A reunião do CMN terá uma "pauta aberta", mas a idéia do ministro é centralizar as decisões em três áreas: primeiro, elevar as atuais taxas subsidiadas do crédito rural de forma a mantê-las vinculadas ao comportamento da inflação, reduzindo assim os gastos governamentais com estes subsídios; elevar também as taxas subsidiadas do crédito às pequenas e médias empresas, bem como dos financiamentos destinados à produção de manufaturados exportáveis, que ficarão vinculadas à variação da correção monetária, com o mesmo objetivo de diminuir os gastos públicos.

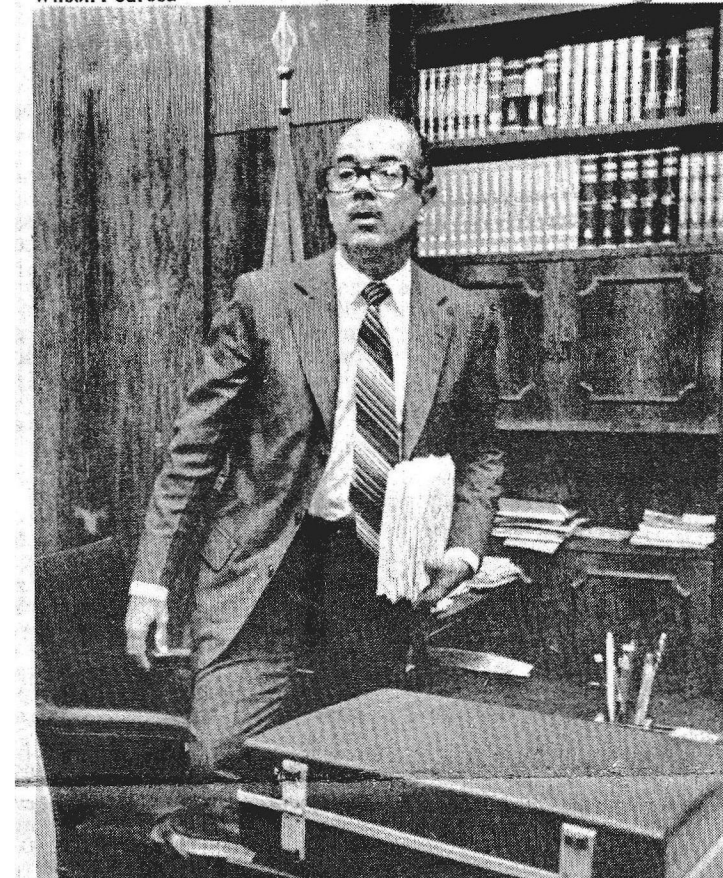
Em segundo lugar, reduzir a alíquota do IOF para todas as operações de crédito interno, com exceção do crédito ao consumidor fornecido através de financeiras, que serve para financiar compras a prazo nas lojas, revendedores de carros etc. Com isso o governo pretende criar as primeiras condições

para que o mercado possa reduzir o custo do dinheiro para os tomadores. As operações financeiras para pagar importações ou para enviar dinheiro para o exterior por outro motivo continuarão sujeitas ao IOF.

O terceiro ponto é, extinguir o sistema de limites para a expansão do crédito bancário na área privada, mantendo o mesmo esquema atual para as instituições financeiras do setor público (Banco do Brasil, Banco do Nordeste, bancos estaduais etc.). Com esta providência o governo procura eliminar um dos focos de pressão sobre as taxas de juros, criando condições para a sua queda daqui em diante. Os bancos terão liberdade para realizar empréstimos sem estarem sujeitos ao cumprimento de um determinado percentual sobre as aplicações do ano anterior.

"Além destes três grupos de medidas, possivelmente virá, na esteira dessa liberação do crédito, alguma elevação no depósito compulsório dos bancos" - informou o ministro da Fazenda, anunciando assim a única novidade entre as medidas do pacote, que até agora não estava prevista. O compulsório é um depósito que os bancos são obrigados a fazer mensalmente no Banco Central, sem nenhuma remuneração, com base no volume de depósitos à vista captados pela instituição no mercado. É um mecanismo que o governo usa para controlar o volume de dinheiro em circulação, bem como para evitar emissão de moeda destinada a outras aplicações.

O ministro da Fazenda não concorda com as críticas feitas nos últimos dias por empresários e economistas, segundo as quais o pacote acabou descharacterizado por excluir providências destinadas a evitar que os aumentos de preços decorrentes da retirada dos subsídios venham a realimentar a inflação. "Eu acho que é um conjunto de medidas muito importante, e tenho certeza que vai produzir os efeitos positivos em termos de queda da inflação, já que agora estamos atacando exatamente suas raízes, que é o déficit público" - afirmou, admitindo contudo, que "os salários continuam realimentando o processo inflacionário". Ele negou que o governo tenha planos para alterar mais uma vez a política salarial, para resolver este problema da realimentação, dizendo que a posição governamental continua sendo expressa pelo projeto que está no Congresso.



Galvêas expôs o pacote e confirmou que o INPC não cai